



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/04/2016



INDICE

| | |
|--|-------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. RÁDIO WEB JUSTIÇA..... | 1 |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 2.1. DECISÕES..... | 2 |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 3.1. COMARCAS..... | 3 |
| 4. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 4.1. COMARCAS..... | 4 |
| 4.2. DECISÕES..... | 5 |
| 5. JORNAL O PROGRESSO | |
| 5.1. CONVÊNIOS..... | 6 |
| 5.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... | 7 - 8 |
| 6. JORNAL PEQUENO | |
| 6.1. DECISÕES..... | 9 |
| 6.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... | 10 |
| 6.3. RÁDIO WEB JUSTIÇA..... | 11 |

Tribunal de Justiça passa a transmitir as sessões de julgamento

Pág. 9

Tribunal de Justiça passa a transmitir as sessões de julgamento



A partir desta terça-feira (12), a Rádio Web Justiça do Maranhão passa a transmitir, em tempo real, todas as sessões das câmaras e do Pleno do Tribunal de Justiça (TJMA), simultaneamente, sempre a partir das 9h. Desta forma, quem acessar o link da emissora, vai poder ouvir não apenas a sessão que estiver sendo transmitida ao vivo durante a programação, mas também as outras realizadas no mesmo horário, por meio de links.

Para ouvir a sessão constante da programação, basta acessar o site do Tribunal (www.tjma.jus.br) e clicar no banner da rádio. No

horário de início da sessão, a emissora interrompe a programação musical e jornalística e passa a transmitir o áudio dos julgamentos do órgão colegiado selecionado para o dia.

No mesmo endereço eletrônico do banner (<http://site.tjma.jus.br/asscom>), o ouvinte pode ter acesso às outras sessões por dois caminhos distintos: o primeiro, posicionando o cursor no título "A Rádio", clicando no link "Transmissões" e, em seguida, clicando no "player" do calendário, equivalente à sessão que se quer ouvir: cível, criminal ou sessão plenária – neste último caso,

somente às quartas.

O outro caminho é mais direto. Após acessar o site da Rádio Web Justiça do Maranhão (<http://site.tjma.jus.br/asscom>), o ouvinte clica no título "Cobertura das Câmaras" e clica novamente no "player" da sessão que deseja ouvir.

Nas transmissões por meio dos links paralelos ao da programação ao vivo da emissora, o áudio será interrompido apenas quando houver solicitação de intervalo pelos magistrados ou quando o processo a ser julgado tramitar em segredo de justiça. Assim que a sessão recomçar, o som será restabelecido. Se isso não ocorrer automaticamente, basta clicar novamente no "player".

NOVO CPC – Em palestra recente, proferida a servidores do Judiciário maranhense, o desembargador Paulo Velten, presidente da Comissão Especial para Adequação da Estrutura e dos Procedimentos da

Justiça de 1º e 2º graus ao Novo Código de Processo Civil, destacou a relevância da Rádio Web Justiça do Maranhão dentro do recém-implantado ordenamento jurídico.

Velten lembrou que, de acordo com o novo CPC, os tribunais têm que estar preparados para a sustentação oral de advogados por videoconferência.

"Nesse ponto, a Rádio Web do Tribunal vai ter um papel muito importante, que é de permitir que o advogado, em outra cidade, possa acompanhar, em tempo real, a sessão e fazer também a sua sustentação oral", explicou o desembargador.

Além dos advogados, as partes envolvidas nos processos da Justiça de 2º grau e quaisquer pessoas que quiserem ouvir as sessões poderão acompanhá-las a partir da inovação implantada pela Rádio Web Justiça do Maranhão a partir desta terça.

Despreparo leva
blogueiro Kiel
Martins a criar
factoide contra
Astro de Ogum

PÁGINA 2

Despreparo leva blogueiro Kiel Martins a criar factoide contra o presidente Astro de Ogum

Itamargarethe
Correia Lima*

O desenvolvimento cognitivo na estrutura educacional brasileira inicia-se na pré-escola e conclui-se no espaço acadêmico. São no mínimo 15 anos de estudo e dedicação aos livros para se trilhar esse caminho, digo, alcançar destaque através do conhecimento. Já a construção do ordenamento ético e da carga valorativa, independente do caminho percorrido no universo escolar, essa ocorre dentro de nossos lares. É lá que se traduzem significados como honestidade, respeito, bom senso, caráter, princípios e muitos outros.

Dentre as inúmeras faces e perspectivas do jornalismo contemporâneo, a transmissão da informação, por várias razões, é sem dúvida, uma das mais importantes para o caminhar da sociedade pós-moderna, visto que com o advento da internet e a proliferação das redes sociais, as notícias se propagam instantaneamente, possibilitando muitas vezes estragos irreparáveis na vida das pessoas.

Desta feita, a divulgação da notícia deve ser pautada unicamente na verdade, não podendo, em hipótese alguma, ter como escopo interesse pessoal ou a busca de vantagens indevidas.

O pioneirismo, caro leitor, não assegura a proeminência. Assim sendo, o bom profissional, merecedor do respeito e da admiração dos seus pares, é aquele que se predispõe buscar a informação correta, precisa e compromissada com os fatos ocorridos. Entretanto, para isso, é necessário que nosso trabalho seja fruto da combinação conhecimento acadêmico x valores éticos, inicialmente mencionados.

Ao divulgar em seu blog a matéria intitulada "Forte Esquema entre Câmara-Bradesco pode levar Astro de Ogum para Cadeia", lamentavelmente, o blogueiro Kiel Martins não evidencia, apenas, seu despreparo e sua falta de conhecimento. Ele, pior que isso, desinforma os seus amilhadados leitores, avacalha a função jornalística, truca o dever que o profissional tem de informar e, ainda, envergonha o jornalismo maranhense.

No tocante ao assunto tratado na matéria, inicialmente é saudável ressaltar que de acordo com o ordenamento pátrio brasileiro, as atribuições de cada instituição são definidas em lei. Dessa forma, ao concluir o inquérito, a remessa dos autos à justiça põe fim a chamada fase inquisitória, ou seja, ao trabalho da Polícia Judiciária, o que, no caso em comento, já aconteceu há mais de dois anos.

Para a Polícia Civil voltar a fazer novas diligências seria necessário pedido por parte do Ministério Público, que para isso necessitaria do surgimento de fatos novos,

situação completamente distante da atual realidade.

Para conhecimento do nobre blogueiro, só existia um único processo judicial envolvendo a Câmara Municipal e o Banco Bradesco, o qual já transitou em julgado em ambas as instâncias. É oportuno salientar, ainda, que no mencionado procedimento judicial, o vereador Astro de Ogum sequer figurou como parte.

Uma segunda expectativa de processo, que também já deixou a seara policial, não foi materializada em ação penal, pois ainda não houve o recebimento da denúncia. Entendeu?

Ao invés de tentar criar factoide, o blogueiro deveria ser mais cuidadoso e vigilante com seu trabalho, haja vista que tais dados são públicos e poderiam ser facilmente acessados no site do Tribunal de Justiça do Estado.

Outra sandice, caro Kiel, que ratifica sua pouca habilidade na busca da informação, requisito basilar do jornalismo, foi informar que o Bradesco "presenteou" o Legislativo com a reforma de seu prédio, mesmo tendo sido amplamente divulgado a origem do recurso utilizado nos reparos.

"O dinheiro adveio do lance inicial ofertado pela instituição financeira vencedora da licitação, na modalidade pregão presencial, que visava definir a instituição bancária que gerenciaria a conta do órgão", informou o presidente Astro de Ogum.

Assim sendo, só nos resta lamentar o acinte do Supremo Tribunal Federal, em 2009, quando derrubou a obrigatoriedade do diploma de jornalista, permitindo que uma porção de escreventes pertencentes ao movimento CTRL + C, CTRL + V ingresse na profissão, e sem o menor respeito, limite ou pudor, sair por aí mentindo descaradamente em busca de benesses ou sinecuras, causando danos à honra, à imagem e à moral de quem quer que seja.

Ainda bem que no ano passado, o Senado aprovou a Emenda Constitucional 33/2009, na qual o diploma de jornalista, assim como é para o engenheiro, médico, advogado ou professor, voltará a ser exigido, protegendo-nos de conviver profissionalmente com pessoas inescrupulosas, antiéticas, desinformadas e/ou burras.

O presidente Astro de Ogum tomou ciência da publicação com serenidade, e afirmou que esse assunto está morto e sepultado. "A competência de fato e direito para falar sobre o tema é do TJMA, o qual já decidiu pelo arquivamento. Portanto, estou bastante tranquilo e só posso acreditar que a intenção dessa pessoa é querer se promover, o que não irá acontecer em relação a mim e nem ao Legislativo Municipal", finalizou o presidente.

*Jornalista e Advogada

Código de Processo Civil é debatido em comarca

1º Ciclo de Debates, que começou em março se estenderá por três meses, é dividido em etapas e ministrado por meio de vídeo-aulas e discussões

COLINAS

Servidores e advogados da Comarca de Colinas estão participando do 1º Ciclo de Debates sobre o Novo Código de Processo Civil (NCPC). O evento é composto por vídeo-aulas e debates sobre o NCPC. A promoção é do juiz Marcelo Elias Oka, titular de Colinas.

O curso, que está acontecendo desde o dia 21 de março, está sendo realizado no salão do júri do Fórum de Colinas. As vídeo-aulas são ministradas pelo professor Fredie Didier Júnior.

De acordo com Marcelo Oka, o evento visa criar um ambiente plural de estudos e debates sobre o novo Código de Processo Civil, aproximando os sujeitos do processo, bem como possibilitando a correta aplicação do novo dispositivo processual em vigor. Com uma hora diária de aula, o curso deve se es-



O juiz da Comarca de Colinas, Marcelo Oka, promove o estudo do código

tender por até três meses.

“Essa é uma oportunidade de discutirmos sobre as novas regras estabelecidas pelo código. O juiz foi feliz em nos oferecer esse curso, para que possamos aplicá-lo corretamente no dia a dia”, enfatizou o ad-

vogado Tiago Rego.

Para a servidora do Fórum de Colinas, Maria Larissa Noletto, o curso é importante. “Agora podemos ver o que mudou e o que é relevante para que possamos colocar em prática no exercício de nossas

funções aqui na comarca”.

Alterações

Entre as alterações do Código debatidas durante o curso está o item que versa que tribunais agora são obrigados a criar centros para audiências de mediação e conciliação buscando incentivar a solução consensual dos conflitos. A audiência poderá se desdobrar em várias sessões. O juiz poderá fazer nova tentativa de conciliação durante a instrução do processo.

Outro assunto também destacado durante o curso é o limite aos recursos. Nesse caso, para evitar

Curso deverá se estender por 3 meses

que os recursos continuem sendo instrumentos para adiar o fim dos processos com o propósito de retardar pagamentos ou cumprimento de outras obrigações, o novo código extingue alguns desses mecanismos, limita outros e encarece a fase recursal (haverá pagamento de honorários também nessa etapa). ●

TJ investe em segurança nas comarcas do estado

URBANO/PÁGINA 2

PREVENÇÃO

Comarcas ganham mais segurança

Investimentos em equipamentos e pessoal visam garantir proteção aos magistrados, servidores, jurisdicionados e fóruns do estado. Ao todo, 36 ocorrências foram registradas nos últimos anos

Desde o último dia 30 de março, quando um homem invadiu a sala e ameaçou a tocar fogo em uma juíza do Fórum Butantã em São Paulo, ganhou destaque o debate em torno das medidas de segurança para magistrados em todo o país. No Maranhão, a questão não é diferente, diante de casos emblemáticos ocorridos nos últimos anos em comarcas do interior do estado, como Buriti, Arame, Rosário, Tuntum, Poção de Pedras e Santa Luzia.

No caso mais recente, ocorrido na Comarca de Buriti em 2015, o juiz Jorge Sales Leite foi ameaçado por um grupo de pessoas insatisfeitas com uma decisão em processo da Justiça Eleitoral local, tentando agredi-lo e tocando fogo no fórum. Em 2014, também foi ameaçado o juiz Holidice Barros, em Arame, que, junto ao promotor da Comarca à época, tiveram que deixar o local, por orientação da Polícia Militar, correndo o risco de sofrerem agressões de populares após decisão que determinava uso de capacete por todos os motociclistas da cidade.



**Boa parte das
ações de Segurança
Institucional dependem
de investimentos
mais expressivos
e devem ser bem
planejados, para
evitar desperdício ou
problemas posteriores
na execução dos planos**

Cleones Cunha,
presidente do TJMA



Esteira com raios X foi instalada no Fórum Desembargador Sarney Costa

» A SEGURANÇA EM NÚMEROS

89

postos de segurança
privada foram implantados

10

unidades judiciais receberam
instalação de sistema de
videomonitoramento

108

policiais militares de ativa
foram requisitados

228

policiais militares da reserva foram
contratados para segurança patrimonial

90

detectores de metais portáteis
foram distribuídos para comarcas

passou a planejar, desenvolver e executar medidas de segurança para magistrados, trabalhando ainda com Inteligência, com o objetivo de anteceder às ocorrências e evitar situações graves como as citadas nos exemplos.

» Estratégias

Nos últimos quatro anos, revela o TJMA, foram atendidas 172 ocorrências envolvendo magistrados e servidores, além de 64 atendimentos a solicitações específicas de magistrados relacionadas a ocorrências envolvendo a segurança institucional. Também, ao longo desse tempo, foram executadas 36 escoltas – número que representa ações a ameaças feitas aos magistrados no estado – e 22 operações em visitas oficiais de ministros e desembargadores de outros estados ao Poder Judiciário do Maranhão. O recolhimento de armas para custódia da Polícia Militar e destruição é outra medida que o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Diretoria de Segurança, tomou visando à segurança de magistrados, servidores e as próprias unidades jurisdicionais, evitando possíveis arrombamentos e invasões de fóruns. “Em sua maioria, o arrombamento de fóruns, sem ligação com uma decisão judicial, tinha motivo o roubo de armas sob custódia da Justiça”, revela o Major Alexandre Magno, diretor de Segurança Institucional do TJMA. De 2012 a 2015, foram recolhidas para destruição, já desvinculadas de processos, 10.173 armas de fogo e 12.459 armas brancas. As armas vinculadas a processos em tramitação são as que passaram a ser custodiadas pela Polícia Militar, retirando-as das dependências dos fóruns. Nesses casos, foram recolhidas para custódia 2.928 armas de fogo e 1.525 armas brancas, enviadas para 17 comandos regionais da PMMA. E com o objetivo de oferecer ainda mais segurança aos magistrados, já funciona o plantão da Segurança Institucional, com uma equipe de serviço 24 horas, para o atendimento de ocorrências envolvendo magistrados ou a segurança institucional, que atende ao chamado através dos telefones 98880-5226 e 3261-6188.

IMPROBIDADE

Ex-vereador de Viana é condenado

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença da comarca de Viana, que condenou o ex-presidente da Câmara Municipal, José Ribamar Amorim da Silva, por atos de improbidade administrativa que resultaram na rejeição das prestações de contas referentes ao exercício financeiro de 2005, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O ex-vereador foi condenado ao pagamento de multa civil no valor equivalente a 20 vezes a remuneração que recebia no exercício do cargo; suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos.

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou ação de improbidade contra José Ribamar Amorim, indicando que o TCE verificou várias irregularidades, demonstrando infrações às normas legais e regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, citando irregularidade no pagamento de despesas como utilização de notas fiscais frias e/ou vencidas, erros na folha de pagamento, pagamento de despesas indevidas ou sem comprovação idônea, pagamento de subsídio dos vereadores acima do limite constitucional, entre outras.

Alegação

O ex-vereador recorreu da sentença, alegando a inexistência de lei que dispunha sobre os subsídios dos vereadores, que



As punições aplicadas pelo Juízo de base estão em patamar adequado às ilegalidades praticadas pelo recorrente

Marcelo Carvalho, desembargador

eram pagos na base de 5% da receita líquida municipal; a inexistência de lei regulamentando os serviços passíveis de terceirização, que foram efetivamente

prestados e não geraram prejuízo ao erário. Argumentou ainda que a proibição de contratar com o Poder Público atentaria toda a coletividade dependente de seus serviços médicos, já que possuiria diversos contratos com prefeituras.

O relator, desembargador Marcelo Carvalho, ressaltou o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa, que é de punir os agentes públicos que agem em desconformidade com os ditames legais, constituindo elemento imprescindível para concretização dos princípios constitucionais da Administração Pública, desde que esteja caracterizada a intenção de fraudar ou dilapidar o patrimônio público. Para ele, o Tribu-

nal de Contas não deixou dúvidas acerca do cometimento dos atos de improbidade. “São evidentes os acréscimos patrimoniais alcançados pelo ex-gestor em decorrência da improbidade, cuja compensação do prejuízo já é objeto de ação autônoma”, frisou o magistrado no voto.

Marcelo Carvalho entendeu evidenciado o dolo do ex-vereador, pela vontade livre e consciente de ordenar a realização de despesas sem autorização legal ou regulamentar, gerando enriquecimento ilícito de terceiro e dano ao patrimônio público. “As punições aplicadas pelo Juízo de base estão em patamar adequado às ilegalidades praticadas pelo recorrente”, avaliou o desembargador, mantendo as condenações impostas.

PACTO PELA PAZ

Promotores de Justiça se reúnem com Secretário de Segurança Pública

Na última sexta-feira, 8, promotores de justiça da Comarca de Imperatriz reuniram-se com o secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela, o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Pereira, e outras autoridades para tratar de questões relacionadas à segurança pública na cidade.

Representando o Ministério Público, participaram os promotores Antonio Coêlho Soares Junior (4ª Promotoria Criminal), Carlos Róstão Martins Freitas (8ª Promotoria Criminal), Domingos Eduardo da Silva (5ª Promotoria Criminal) e Uiuara de Melo Medeiros (3ª Promotoria Cível).

Da segurança pública, estiveram presentes os comandantes do 3º e 14º Batalhões da Polícia Militar, coronéis Markus e Edeilson; o comandante da Cavalaria, major Ventura; o delegado regional da Polícia Civil, Eduardo Galvão; a diretora-geral do Detran/MA, Larissa Abdalla; além do secretário Municipal de Trânsito, José Ribamar Alves Soares.

Durante o encontro, Jefferson Portela anunciou a autorização, pelo governador Flávio Dino, da realização, no segundo semestre de 2016, de outro concurso público para provimento de cargos na Polícia Militar e Polícia Civil, a aquisição de viaturas e outras medidas necessárias a dotar as forças de segurança de recursos para promover a defesa da sociedade.

O secretário apontou como avanço, ainda, a medida provisória que garante incentivo financeiro aos policiais que apreenderem armas de fogo, como medida de política criminal voltada à diminuição da quantidade de armas em circulação.

O promotor de justiça Antonio Soares Junior lembrou que o combate à violência também se faz com a difusão de uma cultura de paz, sobretudo por meio da educação. O

titular da 8ª Promotoria Criminal de Imperatriz, Carlos Róstão, lembrou a necessidade de melhor regulamentação do trânsito para impedir a prática de crimes na direção de veículo automotor, e, sobretudo, a embriaguez ao volante.

Já o promotor Domingos Eduardo, que atua na área de Execuções Penais, solicitou maior atenção do Governo do Estado para conclusão da reforma e ampliação da CCPJ de Imperatriz, além das obras do novo presídio que, segundo o promotor, foi entregue ainda inacabado. O promotor solicitou, também, que seja agendada uma visita do secretário de Administração Penitenciária a Imperatriz.

O comandante do 3º BPM pediu maior integração entre os órgãos do sistema de justiça, afirmando que a impunidade, mesmo nos casos em que a Polícia Militar consegue prender em flagrante os autores de crimes graves, tem levado ao aumento da criminalidade. O Cel. Pereira, comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, declarou que em breve retornará a Imperatriz, para estabelecer estratégias de atuação, com os comandantes locais, para conter o avanço da criminalidade. Algumas operações com efeitos positivos na capital poderão ser implementadas em

Imperatriz.

A promotora de justiça Uiuara Medeiros advertiu que as providências a serem tomadas pelo Comando Geral da PM devem, também, contemplar medidas para assegurar a diminuição dos casos de violência policial, tortura e execuções.

Ao final, ficou definido que, uma vez por mês, representantes locais das instituições que compõem o sistema de justiça e segurança se reunirão para discutir estratégias de atuação, já ficando marcado o dia 6 de maio de 2016 para o próximo encontro.

PACTO PELA PAZ

Antes da reunião com autoridades do sistema de segurança pública, os promotores de justiça Antonio Coêlho, Uiuara Medeiros e Carlos Róstão participaram, na quarta-feira, 6, de um outro encontro para discutir o tema. Na ocasião, o Ministério Público reuniu-se com membros do Poder Judiciário, Defensoria Pública, OAB e diversos setores da sociedade civil, no salão do júri do Fórum de Imperatriz.

Nesse encontro, foram sugeridas diversas medidas a serem adotadas. Uma delas foi a implementação das ações do Pacto Pela Paz na Comarca de Imperatriz.

Seminário de Educação Inclusiva será iniciado hoje

P5c1



Seminário de Educação Inclusiva será iniciado hoje

O debate sobre o direito à educação inclusiva, a valorização da diversidade e o respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais será realizado, em Imperatriz, nesta segunda e terça-feira, 11 e 12 de abril, durante o Seminário de Educação Inclusiva. O evento será realizado na Faculdade Pitágoras (Rua Monte Castelo, 161, Centro).

A conferência de abertura será iniciada, às 19h30, com o tema "A escola ideal acolhe e não faz a diferença" e será proferida pela promotora de justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Bianca Mota de Moraes. Representantes do MPMA em Imperatriz e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também integrarão a mesa solene de abertura.

Na terça-feira, 12 de abril, o evento será iniciado às 8h30 com a dinâmica motivacional "Função Social da escola e as perspectivas de inclusão", cujo facilitador será o professor da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, Nazeldo Pereira Cruz. Também integrarão o debate representantes da Vara da Infância e Juventude, do Conselho Municipi-

Divulgação



Sandra Soares Pontes, titular da promotoria de Justiça de Defesa da Educação de Imperatriz e organizadora do seminário

pal da Educação e da Defensoria Pública.

Em seguida, às 10h, será realizada a conferência "O Sistema Nacional de Educação e os desafios da inclusão", que será apresentada pela representante da Diretoria de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, Ana Nicolaça Monteiro.

A última conferência será ministrada pela promotora de justiça do Ministério Público da Bahia, Cíntia Crusoé Soares, com início às 14h, com o

tema "A perspectiva da inclusão como direito fundamental, e inovações do Estatuto da Pessoa com Deficiência".

Na avaliação da promotora de justiça de Defesa da Educação de Imperatriz e organizadora do seminário, Sandra Soares de Pontes, além de promover a discussão sobre o direito à educação inclusiva nas redes de ensino regular, o evento vai permitir a troca de experiências entre diversos atores sociais e suscitar um amplo debate sobre o tema.

Ex-vereador de Viana é condenado por improbidade administrativa

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença da comarca de Viana, que condenou o ex-presidente da Câmara Municipal, José Ribamar Amorim da Silva, por atos de improbidade administrativa que resultaram na rejeição das prestações de contas referentes ao exercício financeiro de 2005, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O ex-vereador foi condenado ao pagamento de multa civil no valor equivalente a 20 vezes a remuneração que recebia no exercício do cargo; suspensão dos direitos políticos e proibição de

contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos. O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou ação de improbidade contra José Ribamar Amorim, indicando que o TCE verificou várias irregularidades, demonstrando infrações às normas legais e regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, citando irregularidade no pagamento de despesas como utilização de notas fiscais frias e/ou vencidas, erros na folha de pagamento, pagamento de despesas indevidas ou sem comprovação idônea, pagamento de subsídio dos vereadores acima

do limite constitucional, entre outras.

O ex-vereador recorreu da sentença, alegando a inexistência de lei que dispunha sobre os subsídios dos vereadores, que eram pagos na base de 5% da receita líquida municipal; a inexistência de lei regulamentando os serviços passíveis de terceirização, que foram efetivamente prestados e não geraram prejuízo ao erário. Argumentou ainda que a proibição de contratar com o Poder Público atentaria contra seu sustento e atingiria toda a coletividade dependente de seus serviços médicos, já que possuiria diversos

contratos com prefeituras.

O relator, desembargador Marcelo Carvalho, ressaltou o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa, que é de punir os agentes públicos que agem em desconformidade com os ditames legais, constituindo elemento imprescindível para concretização dos princípios constitucionais da Administração Pública, desde que esteja caracterizada a intenção de fraudar ou dilapidar o patrimônio público. Para ele, o Tribunal de Contas não deixou dúvidas acerca do cometimento dos atos de improbidade.

Juizado do Renascença divulga resultado de mutirão

A juíza Maria José França Ribeiro, titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (que fica no Renascença), divulgou os resultados do mutirão realizado na unidade judicial. A agenda do mutirão pautou 426 audiências e teve um total de 421 realizadas, apresentando um total de 55 acordos homologados em banca que somados chegam a R\$ 187.013,44.

O Mutirão ocorreu entre os dias 01 a 31 de março no turno da manhã e, em alguns dias excepcionalmente o dia todo. “Durante as atividades do mutirão, o atendimento ao público continuou como o de costume das 08 às 18hs, com a entrega de alvarás, atermação de

reclamações e atendimento aos advogados e demais usuários”, explicou Maria José.

As ações no juizado foram coordenadas pela juíza e contou com o auxílio dos juízes Celso Orlando Aranha Junior e Alexandra Ferraz Lopez. De acordo com informações da secretaria judicial, a natureza dos processos do mutirão envolvia casos de DPVAT, CEMAR, CAEMA, condomínios e telefonia. “A realização de mutirões é uma prática constante aqui no 7º Juizado, sempre com o intuito de dar celeridade à prestação jurisdicional aos usuários, sendo previsto para o mês de maio, outra ação como essa realizada em março”, ressaltou a magistrada.

- A partir de hoje, a Rádio Web Justiça do Maranhão passa a transmitir, em tempo real, todas as sessões das câmaras e do Pleno do Tribunal de Justiça, simultaneamente, sempre a partir das 9h. Desta forma, quem acessar o link da emissora, vai poder ouvir não apenas a sessão que estiver sendo transmitida ao vivo durante a programação, mas também as outras realizadas no mesmo horário, por meio de links.
- Para ouvir a sessão constante da programação, basta acessar o site do Tribunal (www.tjma.jus.br) e clicar no banner da rádio.